



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**29/06/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR .....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	3
2.3. DESEMBARGADOR.....	4
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	5
3.2. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ .....	6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	7
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	8 - 9
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. INSTITUCIONAL.....	10
6.2. JUÍZES.....	11 - 12
6.3. PLANTÃO NO TJMA.....	13
6.4. PROGRAMA JUSTIÇA CIDADÃ .....	14

## Vara Especial da Mulher divulga atividades desenvolvidas no primeiro semestre em Imperatriz

*O objetivo maior das ações é de prevenção à violência por meio do esclarecimento, o que impacta de forma favorável na sociedade*

A Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar de Imperatriz divulgou as atividades realizadas pela unidade judicial nos primeiros seis meses de 2018, com ações que visam a atender às necessidades da comunidade, órgãos públicos de atendimento à mulher e ao Projeto da Coordenadora Estadual de Violência contra a Mulher, denominado "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano".

Na avaliação da juíza titular Ana Paula Araújo, o objetivo maior das ações é de prevenção à violência por meio do esclarecimento, o que impacta de forma favorável na sociedade e estimula mudanças de paradigmas culturais. "O que se nota é que em todas as campanhas desta natureza a procura pelo Judiciário aumenta significativamente, as mulheres se encorajam a denunciar seus agressores e sempre registramos um aumento de medidas protetivas de urgência neste período", avalia.

Entre as atividades realizadas, o calendário incluiu visita à Casa da Mulher Brasileira, em São Luís; participação em palestra realizada no Centro de Atenção Psicossocial em São Luís; reunião no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Bacuri, para entrega de camisetas referentes à Campanha "No carnaval, só tenha motivos para Sorrir - Diga Não à Violência contra a Mulher", reunião da rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Imperatriz; e reunião da rede com a Secretaria de Estado de Políticas Públicas Para a Mulher.

**MÊS DA MULHER - O**

calendário do mês de março apresentou uma série de palestras alusivas à Semana da Mulher, como palestra no CRAS Santa Lúcia, com um grupo de 40 mulheres participantes; Palestra no CRAS Bom Jesus para um grupo de 40 mulheres e, ainda, a realização de atividades no Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM.

Em maio, aconteceu a participação da vara nas atividades da Semana de Combate ao Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com a realização de palestras em escolas. Nesse evento, foram proferidas palestras sobre Abuso Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas escolas Marechal Rondon e Darcy Ribeiro, para alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano.

"Foi uma contribuição da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, junto a semana de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com destaque ao 18 de Maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", informou.

Neste mês de junho, ocorreu a III Semana de Valorização da Mulher, com a realização de palestras na Unidade Básica de Saúde dos Três Poderes, voltada para gestantes, usuários do Programa Saúde do Homem e idosos. Foram realizadas, ainda, palestras junto aos municípios Termos da Comarca de Imperatriz, no CRAS do Município de Davinópolis e CRAS do Município de Governador Edison Lobão.

**(CGJ MA)**

# Acadêmicos do Ceuma visitam o TJ

Eles conheceram a estrutura e funcionamento do Judiciário, como parte do projeto "Visita Guiada"

Estudantes do curso de Direito da Universidade Ceuma conheceram, quarta-feira, 26, a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário do Maranhão. Esta foi a primeira turma da instituição a visitar a sede do Tribunal de Justiça este ano.

A visita faz parte da programação institucional do projeto "Visita Guiada", coordenado pela Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça.

Os acadêmicos, acompanhados pela professora universitária, Dalina Jara Oyama, foram recebidos na

Corte Estadual de Justiça pela diretora Judiciária, Denyse Reis Batista, pelo juiz auxiliar da Presidência do TJMA, Cristiano Simas, e pelo coordenador de Protocolo, Cadastro e Autuação, José Durval Santos Júnior.

A professora Dalina Oyama, especialista em Direito Civil, destacou que o passeio é muito importante para os alunos para que eles entendam como funciona, na prática, a organização judiciária. "O contato com o Poder Judiciário, a partir do 4º período, estimula o conhecimento, pois permite

que os alunos possam associar a teoria e prática", frisou a docente.

Joaquim Palhano, aluno do 8º período do curso de Direito, comentou ser positiva a iniciativa do Tribunal de Justiça em permitir esta oportunidade aos acadêmicos de Direito.

Nessa visita, cerca de 40 alunos assistiram a Sessão Jurisdicional do Pleno, onde foram saudados pelo presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo. Eles visitaram ainda as salas das câmaras criminais e cíveis do TJMA, além do Pleninho da Corte.

As coordenações de instituições de ensino superior, que desejarem agendar a visita de estudantes ao Tribunal de Justiça do Maranhão, devem entrar em contato com o setor da Diretoria Judiciária, pelo e-mail: [dirjudiciaria@tjma.jus.br](mailto:dirjudiciaria@tjma.jus.br). ●

# Alterada a data do Balcão de Renegociação de Dívidas

Evento acontecerá de 23 a 27 de julho, no Shopping Rio Anil; balcão possibilita encontro de consumidores em situação de inadimplência com entidades credoras

Em virtude dos jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 2018, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA) resolveu adiar a realização da 5ª edição do Balcão de Renegociação de Dívidas para o período de 23 a 27 de julho, no Shopping Rio Anil, em São Luís.

O documento foi assinado na quarta-feira, 27, pelo presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, de comum acordo com as empresas parceiras do evento, que estava marcado para acontecer de 2 a 6 de julho. O Núcleo é coordenado

pelo juiz Alexandre Abreu.

## Balcão

O Balcão de Renegociação de Dívidas visa possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com entidades credoras (bancos, empresas, instituições públicas, concessionárias de serviços públicos, instituições de ensino particular, entre outras), com vistas a facilitar o diálogo entre as partes na tentativa de uma renegociação de dívidas.

Mais de 25 bancos, empresas comerciais, faculdades e escritórios já confirmaram presença no evento, além de 450 empresas acessíveis por plataforma digital.

Além da renegociação de dívidas,

outros serviços serão oferecidos no evento, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Podem participar das renegociações os clientes que possuem processos em tramitação na Justiça, assim como aqueles que queiram evitar a judicialização, ou seja, que ainda não possuem ação judicial formalizada. ●



## Do Oriente a Paris

O Oriente Médio está na agenda de dois desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão e um empresário e produtor cultural. Aproveitando o recesso de meio de ano, os magistrados Jamil Gedeon Neto (e Milina) e Jorge Rachid Maluf (e Jânia), atravessam o Atlântico na primeira semana de julho, juntamente com Joaquim Haickel (e Jacira). Eles irão visitar o Líbano e adjacências, onde deverão permanecer duas semanas. Na volta, Paris entra na festa.

# Na Pista

## SESSÕES

O Poder Judiciário do Maranhão informa que não serão realizadas as sessões da 5ª Câmara Cível e 3ª Câmara Criminal na próxima segunda-feira, dia 2 de julho, em virtude do decreto de ponto facultativo regulamentado por meio da Resolução nº 33/2018, que altera o horário de funcionamento do Judiciário maranhense, nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de Futebol de 2018. De acordo com o documento, o expediente será das 8h às 12h, quando as partidas ocorrerem no turno vespertino; e quando os jogos acontecerem no período matutino, será ponto facultativo. A sessão da 5ª Câmara Cível ocorrerá no dia 3 de julho (terça-feira) e os processos da 3ª Câmara Criminal foram adiados e devem ser julgados na sessão do dia 9 de julho de 2018.

Golpe do bilhete

## ENTREVISTA

# Juiz fala sobre conciliação no 'Justiça Cidadã' deste sábado (30)

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Maranhão, é o entrevistado do "Justiça Cidadã", programa do Judiciário maranhense em parceria com a TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17), neste sábado (30), ao meio-dia. Ele vai falar sobre conciliação e mediação, em entrevista a Heider Lucena e Amanda Campos.

Outro assunto a ser abordado é o "Balcão de Renegociação de Dívidas", que acon-

tecerá de 23 a 27 de julho no Shopping Rio Anil, em São Luís. O "Justiça Cidadã" tem reapresentação às segundas e quartas, às 21h.

A edição deste sábado vai abordar a prioridade que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) tem dado à Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, a expansão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e o uso da mediação digital para facilitar acesso ao público.

O quadro "Juridiquês" vai

dizer o significado da expressão "Fumus Boni Iuris" e uma reportagem vai mostrar a campanha "Destralhar", parte do Plano de Logística Sustentável do Tribunal.

O PROGRAMA - O "Justiça Cidadã" é produzido por profissionais das assessorias de Comunicação do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, com informações de todos os órgãos do Judiciário estadual, a exemplo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), em parceria com

toda a equipe da TV Assembleia. Os editores-chefes são os jornalistas Antonio Carlos de Oliveira e Juliana Mendes.

A cada edição semanal, novos entrevistados vão dar informações e tirar dúvidas sobre áreas específicas de atuação do Judiciário maranhense. O público pode colaborar com perguntas e informações pelo Whatsapp do programa (98) 98880-4461, ou ainda se informar pelo Telejudiciário (0800-707-1581).



## **Projetos sociais**

Estão abertas, no 1º Juizado Especial Criminal de São Luís (Jecrim), as inscrições para seleção de projetos sociais para recebimento de recursos financeiros oriundos das prestações pecuniárias, composições civis, transações penais e suspensão condicional de processo, realizados na unidade judiciária. Podem se inscrever organizações públicas ou privadas, sem fins lucrativos, sediadas na Comarca da Ilha de São Luís. As inscrições vão até o dia 10 de agosto próximo e podem ser feitas no Juizado, no 3º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau).

# Fora da Pauta

Willian Marinho  
williamarinho@hotmail.com

## PJ

Na próxima terça-feira (03/07), às 19h, a OAB Subseção Imperatriz, através da Comissão dos Jovens Advogados (CJA), promove o curso de Processo Judicial Eletrônico (PJe) com ênfase no PJe 2.0 TJ MA que tem como objetivo oferecer qualificação para os profissionais da área do Direito, no que há de mais recente e moderno no software que facilita e dinamiza a tramitação de ações judiciais.

## **OAB Imperatriz promove curso para qualificar advogados no manuseio do PJe 2.0**

Na próxima terça-feira (03/07), às 19h, a OAB Subseção Imperatriz através da Comissão dos Jovens Advogados (CJA), promove o curso de Processo Judicial Eletrônico (PJe) com ênfase no PJe 2.0 TJ MA que tem como objetivo oferecer qualificação para os profissionais da área do Direito, no que há de mais recente e moderno no software que facilita e dinamiza a tramitação de ações judiciais.

O Dr. Adevaldo Dias da Rocha Filho, especialista em PJe, será o responsável por ministrar o curso no auditório da Subseção e demonstrar para os advogados presentes como dominar essa ferramenta tão presente na rotina dos profissionais da área. As inscrições podem ser feitas na secretaria da OAB Subseção Imperatriz, com o investimento de R\$ 50.

### **O PJe**

Trata-se de um sistema de tramitação de processos judiciais cujo objetivo é atender às necessidades dos diversos segmentos do Poder Judiciário brasileiro (Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça do Trabalho e Justiça Comum, Federal e Estadual).

O objetivo principal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho. (*Assessoria de Comunicação*)

**Data Venia**

**Mozart Baldez**

MOZARTBALDEZADVOGADO@BOL.COM.BR

**JUDICIÁRIO SEM JUSTIÇA E SEM DEMOCRACIA!**

O movimento de protesto que o SAMA – Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão, de forma pioneira, realizou no prédio do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís do Maranhão, no dia 07 de junho próximo passado, ainda repercute no meio da advocacia, do judiciário e da sociedade.

O motivo da irrisignação da entidade sindical representativa dos advogados que motivou o protesto foi a violação de prerrogativas do Advogado e diretor do SAMA, Tufi Maluf Saad, que foi instado em plena audiência, pela Juíza do Primeiro Juizado Especial Criminal da capital a calar a boca, quando este argüia uma “questão de ordem”, ato corriqueiro em instruções processuais.

A crise se agravou ainda mais quando a magistrada Andrea Furtado Lago, chamou a Polícia Militar de serviço na Casa da Justiça, para intimidar e retirar da audiência o advogado que foi inclusive ameaçado de ser preso por crime de desacato e, em resposta à forma de tratamento recebido replicou o ato dando voz de prisão por abuso de autoridade à digníssima autoridade judiciária.

O que se discute hoje nos corredores da advocacia é se o SAMA agiu corretamente e na medida certa ao se manifestar com seus diretores e advogados filiados contra a forma de tratamento que o advogado recebeu e a omissão do TJMA que não ABRIUNENHUM PROCEDIMENTO APURATORIO para o caso, o que é comum no judiciário do Maranhão, ou se o sindicato deveria seguir a linha de conduta da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Maranhão, que a exemplo da gestão passada parece mais um anexo da justiça, até porque sempre foi omissa e dobradiça na defesa intransigente das prerrogativas dos seus inscritos ou habituou-se à formalidade do desagravo que nenhum valor prático possui para amortizar a dor de uma humilhação pública que os advogados estão sujeitos no exercício da profissão sem que haja punição para a toga.

O choque havido entre os advogados e a polícia foi falta de habilidade dos gestores do TJMA que abandonaram o fórum e decretaram o AI -5, povoando de policiais militares secretos que não usavam nomes na lapela ou no terno e outros uniformizados que intimidavam os manifestantes com armas automáticas expostas nos coldres de modo a ameaçar os causídicos que em nenhum momento se intimidaram ou recuaram às agressões.

A verdade é que ultimamente quem mais ajudou para que a democracia fosse golpeada e o país retrocedesse tanto em tão pouco tempo foi o judiciário. Qual o papel efetivo do Poder Judiciário nas democracias em países em que a judicialização da política surge em pleno processo de reconstrução democrática após as ditaduras?

O Estado Democrático, como compromisso com a cidadania e efetivação dos direitos sociais, exige questionar a atuação dos diferentes atores, dentre eles o Poder Judiciário. Que justiça é a nossa? Distante das preocupações da agenda pública o SAMA questiona o judiciário que contribui no aprofundamento da concentração de riqueza. É como se vivessem na Suíça.

O auxílio-moradia dos juízes é constitucional? se um juiz da Corte Máxima

não tem ética, quem vai ter? togados recebem auxílio moradia de quase 5 mil reais por mês em um país em que a maioria dos trabalhadores tem renda mensal inferior a mil reais. Este “auxílio” equivale a cinco salários mínimos. Juízes e desembargadores de oito estados tiveram remuneração acima do teto constitucional (33.700 reais). Juízes do Tribunal de Justiça de Rondônia receberam, em média, 48.500 reais em novembro. Seus filhos vão receber “auxílio educação” de 7 mil até os 24 anos. A lei existe, mas nem tudo o que é legal é ético. O CNJ suspendeu gastos com academia para magistrados do Tribunal de Justiça do RJ. O espaço era exclusivo para juízes, desembargadores e dependentes. Despesas destinadas ao pagamento dos custos da academia eram de R\$ 5 milhões, para cinco anos de vigência.

Como dar crédito unicamente a um poder que usufrui praticamente sozinho os frutos do país em detrimento de outras categorias, de outros cidadãos. Qual a importância do SAMA nesse processo de embate em que sua diretoria denuncia o excesso de benefícios inconcebíveis concedidos a magistrados e seus dependentes e a falta de contrapartida na prestação jurisdicional?

Será que a população será eternamente obrigada no Maranhão a aceitar que magistrados que recebem altos salários cumpram a jornada “TQQ” (terça, quarta e quinta) e “QQ” (quarta e quinta) e que em decorrência desse privilégio prejudiquem a produtividade judicial levando para os seus tómulos as decisões que deveriam ser proferidas em tempo razoável e em vida?

Ou será que é moral um juiz receber quase 5 mil reais de auxílio moradia tendo casa própria ? ou recebendo o benefício para morar na comarca que trabalha reside em local distante e não cumpre a jornada completa na sua vara?

O juiz deveria ser o último guardião das esperanças tanto do cidadão como da sociedade. E não o primeiro a dar as costas para a prestação jurisdicional, ausentando-se injustificadamente do seu local de trabalho sem sofrer sanção administrativa e desconto no contracheque.

Uma coisa é certa. A ação do sindicato foi um aviso às autoridades judiciárias: quer queiram ou não vamos fiscalizar as suas atuações administrativa e financeira dentro da lei e cobrar, se for o caso, as irregularidades que porventura ocorrerem e pedir as providências legais cabíveis. Em nenhum momento vamos recuar da nossa missão.

No final do ano teremos uma eleição na OAB/MA. Será a oportunidade impar e última para nós, para avaliarmos e sabermos se nossa conduta está correta e qual o tipo de Ordem que os Advogados do Maranhão querem? Será eternamente pacífica como tem sido nos últimos 15 anos, sem nenhum resultado, com os atores de sempre ou com diálogo e pulso forte quando precisar. O judiciário maranhense precisa ser reformado a ponto de ser moderno, planejado, criativo e acima de tudo respeitar a democracia e deixar de tentar judicializar os movimentos legítimos das entidades de classe, atentando até contra a sua existência por não resistir as denúncias justas e legais.

**Mozart Baldez – Advogado**

**Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão – SAMA**

## Informe JP

### **Exceção de suspeição**

Por sete votos contra um, e uma abstenção (desembargador Paulo César Velten Pereira), os desembargadores das Segundas Câmaras Cíveis Reunidas julgaram procedente uma exceção de suspeição contra o juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos), nos termos da manifestação do desembargador relator Luiz Gonzaga Almeida Filho, votando pelo afastamento do magistrado nos julgamentos das ações que envolvam a WPR São Luís Gestão de Postos e Terminais.

Votou contra o desembargador Cleones Carvalho Cunha.

## Viana

# Câmara de Vereadores deverá adequar Portal da Transparência

*Decisão judicial atendeu pedido do MPMA*

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública, a Justiça concedeu liminar para que a Câmara de Vereadores de Viana promova as adequações necessárias no seu Portal da Transparência. Para cada item obrigatório a constar no portal, que deve se ajustar a dispositivos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei Complementar nº 101/2000, a decisão judicial, que é do dia 19 de junho, estabeleceu prazos

para o cumprimento. São 19 itens que deverão ser atendidos pela Câmara de Viana, entre os quais a divulgação, no prazo de 10 dias, dos nomes de todos os vereadores e servidores, com detalhamento dos cargos, remuneração, lotação, incluindo a especificação da verba de gabinete recebida pelos parlamentares. A construção do website do Portal da Transparência deverá ser efetivada em 60 dias;

nesse mesmo prazo devem ser disponibilizadas informações concernentes a procedimentos licitatórios; Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); diárias e passagens com nome do favorecido, além de data, destino e motivo da viagem; apresentação de possibilidade de envio de pedido de informações; disponibilização do registro das competências e estrutura organizacional do ente, entre outros. O promotor de justiça

Lindemberg Malagueta Vieira ajuizou a ação, que foi julgada pela juíza Odete Maria Mota Trovão. Caso as determinações não sejam atendidas, foram fixadas multas diárias de R\$ 10 mil em desfavor da Câmara Municipal e de R\$ 5 mil em face do presidente da casa, o vereador Valber Antonio Mendes Serra. Os valores arrecadados dever ser revertidos em favor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos do Maranhão.

## Informe JP

### Miudinhas

- O expediente no Judiciário do Estado do Maranhão será suspenso hoje (29), Dia de São Pedro, e 2 de julho (ponto facultativo).
- De acordo com o documento, o expediente será das 8h às 12h, quando as partidas ocorrerem no turno vespertino; e quando os jogos acontecerem no período matutino, será ponto facultativo.
- Os prazos processuais iniciados ou encerrados nesse período serão automaticamente prorrogados para terça-feira (3).

## **Juiz Alexandre Abreu fala sobre conciliação no 'Justiça Cidadã' deste sábado**

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Poder Judiciário do Maranhão, é o entrevistado do "Justiça Cidadã", programa do Judiciário maranhense em parceria com a TV Assembleia (Digital, Canal 51.2 – TVN, Canal 17), neste sábado (30), ao meio-dia. Ele vai falar sobre conciliação e mediação, em entrevista a Heider Lucena e Amanda Campos. Outro assunto a ser abordado é o "Balcão de Renegociação de Dívidas", que acontecerá de 23 a 27 de julho no Shopping Rio Anil, em São Luís. O "Justiça Cidadã" tem reapresentação às segundas e quartas, às 21h. A edição de sábado vai abordar a prioridade que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

tem dado à Política Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos, a expansão dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e o uso da mediação digital para facilitar acesso ao público.

O quadro "Juridiquês" vai dizer o significado da expressão "Fumus Boni Iuris" e uma reportagem vai mostrar a campanha "Destralhar", parte do Plano de Logística Sustentável do Tribunal.

A cada edição, novos entrevistados vão dar informações e tirar dúvidas sobre áreas específicas de atuação do Judiciário maranhense. O público pode colaborar com perguntas e informações pelo WhatsApp do programa (98) 98880-4461, ou se informar pelo Telejudiciário (0800-707-1581).